

# RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº14 Junho de 2017

Conferência da ONU sobre os Oceanos:  
nossos oceanos, nosso futuro



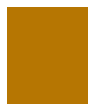
## Conferência dos Oceanos

Objetivos e Desafios



## Participação dos BRICS

Discursos e Compromissos



## Análise dos Resultados

*Call for Action*, Compromissos Voluntários e Considerações  
Finais



PLATAFORMA  
SOCIOAMBIENTAL



# Conferência dos Oceanos

## Objetivos e Desafios

Os oceanos correspondem a cerca de 75% do território do planeta e possuem importância vital para a manutenção da vida de todas as espécies. Ao [produzirem](#) oxigênio e absorverem gás carbônico, constituem-se como um dos principais reguladores do clima, além de [desempenharem](#) função fundamental no ciclo da água.

Entre os dias 5 e 9 de junho de 2017 - em meio à celebração do dia dos oceanos, comemorado anualmente em 8 de junho - ocorreu em Nova Iorque, nos Estados Unidos, a Conferência dos Oceanos. O evento, intitulado *The Ocean Conference: Our oceans, our future*, teve como principal objetivo apoiar a implementação do [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\) 14](#)<sup>1</sup>, que diz respeito à vida na água, mais especificamente, à conservação e ao uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O evento, que se configura como [a primeira conferência de alto nível sobre os oceanos para implementação do ODS 14](#), reuniu mais de cinco mil participantes e, apesar de realizado em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas (ONU), teve como anfitriãs as Ilhas Fiji e a Suécia<sup>2</sup>. A conferência tinha

---

<sup>1</sup> O ODS 14 constitui-se como um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da [Agenda 2030](#) da ONU, lançados em 2015 como parte de um plano de ação que visa alcançar os três pilares do desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental.

<sup>2</sup> Ressalta-se que, inicialmente, a Conferência dos Oceanos seria realizada nas Ilhas Fiji, contudo, a ocorrência do ciclone Winston, que atingiu o arquipélago em fevereiro de 2016, fez com que o evento fosse transferido para a sede da ONU, em Nova Iorque.

como expectativa inaugurar um chamado global para ação, configurando-se como um marco de reversão dos danos causados aos oceanos - originados, entre outros, pelas emissões de gases do efeito estufa, pela pesca predatória, poluição e acidificação - de modo a trazer benefícios às pessoas e ao planeta.

É importante ressaltar que, no âmbito da ONU, já houve uma conferência com a participação de ministros e chefes de Estado e Governo voltada à temática dos oceanos. [A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar \(UNCLOS\)](#) foi realizada em Montego Bay, na Jamaica, em dezembro de 1982, tendo como objetivo estabelecer um novo regime legal para oceanos. Nessa Convenção, definiu-se a extensão das zonas marítimas territoriais de cada país, bem como foram acordadas regras relativas aos padrões ambientais e regulações sobre a poluição do meio ambiente marinho.

Com enfoque diferenciado em relação à UNCLOS, a Conferência dos Oceanos volta-se às metas atreladas ao ODS 14, como a prevenção e redução da poluição marinha até 2025; o gerenciamento sustentável e a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros; a minimização dos efeitos da acidificação dos oceanos; a regulamentação da pesca e a restauração da população de peixes; a preservação de, ao menos, 10% das zonas costeiras e marítimas; o fortalecimento do conhecimento científico e da pesquisa e a garantia de acesso dos pescadores de pequena escala aos recursos marinhos e ao mercado.

Entre os desafios que se colocam à frente da implementação do Objetivo 14, identificam-se problemas como a pesca predatória, a produção excessiva de resíduos - entre esses os resíduos plásticos e microplásticos<sup>3</sup> - e o aumento das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Tais gases contribuem para elevar a temperatura dos oceanos, colocando em risco a biodiversidade e causando a elevação dos níveis dos mares que,

---

<sup>3</sup> O tema dos plásticos e microplásticos foi abordado na edição n. 13 do Radar Socioambiental, dedicada à análise da Triple Cops. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/publicacoes/interna/7239?tipo=Radar>

consequentemente, ameaçam a sobrevivência de comunidades costeiras e, até mesmo, de Estados soberanos, como os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, sigla em inglês).

## Participação dos BRICS

### Discursos e Compromissos

À medida em que são dotados de amplas faixas litorâneas e localizam-se em meio a importantes rotas, os países BRICS podem ser considerados como potências marítimas. Mas apesar da relevância do tema para esses países, o bloco não formalizou uma posição conjunta durante o evento, contudo, cada membro comprometeu-se a envidar esforços para o alcance do [ODS 14](#).

A participação brasileira na Conferência dos Oceanos foi marcada pela presença do embaixador permanente do Brasil junto à ONU, Mauro Vieira, que declarou os compromissos voluntários assumidos pelo país com vistas a conservar seus recursos marinhos. Entre esses, destacam-se três principais iniciativas: a criação do Fundo Azul, o estabelecimento de áreas de proteção marinha em regiões sensíveis e a criação de um sistema de monitoramento costeiro.

O [Fundo Azul](#), que será criado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), visa a preservação de 10% das áreas jurisdicionais costeiras e marinhas do Brasil e conta com investimentos que podem somar US\$ 140 milhões até o ano de 2022<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com base no ano de 2017, o Brasil dispõe apenas de 1,5% em áreas protegidas no seu bioma marinho-costeiro, o que representa 1.588 hectares.

O Fundo poderá ajudar no alcance do ODS 14 - principalmente no cumprimento da [meta 14.5](#), referente à preservação de zonas costeiras e marinhas - além de auxiliar o país a cumprir com outros compromissos, como as [Metas de Aichi](#), celebradas em Nagoia, com importante participação brasileira. Na ocasião, foi estabelecido um Plano Estratégico de Biodiversidade, para o período entre 2011 a 2020. O Plano abarca 20 proposições que contemplam a proteção de ecossistemas e a diversidade genética, estando, portanto, em consonância com o programa Fundo Azul. Além das Metas de Aichi e o ODS 14, o Fundo Azul também se conecta ao compromisso brasileiro para com a [Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima](#), em que o Brasil se comprometeu em criar programas nacionais para mitigar as mudanças climáticas ou para adaptar-se aos efeitos desse fenômeno.

Com vistas a cumprir os compromissos voluntários de estabelecer áreas de proteção marinha e de implementar um sistema de monitoramento, o Brasil também se propôs a lançar, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, o [Programa Nacional de Conservação da Linha de Costa Brasileira](#) (PROCOSTA). Tal programa visa o monitoramento costeiro e a projeção de possíveis cenários futuros, para períodos que podem variar de 5 até 10 anos, com o escopo de garantir a preservação dessas áreas.

No que diz respeito à Rússia, durante a conferência, os integrantes de sua delegação reforçaram a continuidade de programas já desenvolvidos, voltados à proteção dos oceanos, bem como anunciaram um novo compromisso voluntário. Destaca-se entre as iniciativas existentes, o [Programa Regional de Cooperação para a Proteção do Meio Ambiente Marinho e Costeiro do Noroeste Pacífico](#), lançado em 1994 como produto da cooperação com a China, o Japão e a Coreia do Sul. A Rússia se comprometeu a [renovar](#) esse programa, com vistas a contribuir com a prevenção e a redução da poluição dos recursos marinhos da região. No que tange aos novos compromissos voluntários, o Ministro de Recursos Naturais e Ecologia russo,

Donskoy Sergey Efimovich, anunciou a [Iniciativa de São Petersburgo](#), que visa a preservação do meio ambiente na região do Mar Báltico por meio do estabelecimento de parcerias público privadas (PPPs), do intercâmbio de conhecimento científico e do estabelecimento de um sistema de monitoramento de qualidade dos recursos hídricos e de uma rede de tratamento.

A participação russa também ficou marcada pela posição contrária manifestada por sua delegação à uma das principais propostas da conferência: a celebração de [medidas](#) que visem o fim dos subsídios relacionados às atividades pesqueiras relacionadas à pesca predatória. A Federação Russa se dissociou desse ponto, [enfatizando](#) que apenas a Organização Mundial do Comércio (OMC) seria dotada de autoridade para declarar a extinção de tal subsídio (Assembleia Geral, 2017).

Já a Índia manifestou preocupação em relação à sustentabilidade dos oceanos e de seus recursos por meio dos discursos oficiais de seus representantes. Durante sua fala, o Ministro de Relações Exteriores, Shri M. J Akbar ressaltou que a [Índia](#) possui uma costa marítima de 7,5 mil km, além de milhares de pequenas ilhas. Essas alojam aproximadamente 4 milhões de pessoas, que veem na pesca a sua principal fonte de subsistência. Aproximadamente [um terço da população](#) do país vive em zonas costeiras, o que faz da Índia o terceiro maior produtor de peixe do mundo. Todos esses aspectos geográficos e demográficos contribuem para que a Índia responda por [6,3%](#) da pesca global, e para que o setor pesqueiro contribua com cerca de 1,1% do PIB nacional.

O Ministro afirmou que as políticas domésticas e instituições indianas colocam o país na vanguarda na luta pela preservação dos oceanos, citando como exemplo o [Centro de Pesquisa Marinha e Ecológica](#), responsável pelo mapeamento dos recursos marinhos. No que diz respeito às iniciativas locais, também foi destacado a decisão do [Tribunal Nacional Verde](#), que banuiu o uso

do plástico descartável em Nova Deli<sup>5</sup>.

Durante a conferência, os representantes indianos ressaltaram que os impactos negativos causados pela ação humana aos oceanos mostram-se cada vez mais claros. Também destacaram a parceria estabelecida pelo país com os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento - que enfrentam sérios desafios econômicos e sociais em função da elevação do nível dos oceanos, da acidificação e da perda da biodiversidade marítima - comprometendo-se a conceder, nos próximos três anos, US\$ 500 milhões em ajuda.

Os discursos promovidos pela Índia durante a Conferência revelaram sinergias com o posicionamento chinês, tendo em vista o enfoque nas chamadas políticas de desenvolvimento para uma Economia Azul. Em Nova Iorque, o vice-diretor da administração oceânica do Estado chinês, Lin Shanqing, [ressaltou](#) a necessidade de se criar uma “parceria azul”, fundada nos princípios da equidade e da confiança mútua, com o escopo de fortalecer o regime internacional dos oceanos.

Durante o evento, a China revelou que, em 2015, as atividades e recursos advindos dos oceanos representaram cerca de 9,4% do seu PIB - algo em torno de US\$ 956 bilhões de dólares - contabilizando cerca de 36 milhões de empregos. [Shanqing](#) também destacou que o país já conta com um programa de monitoramento marítimo, por meio do qual é possível identificar áreas sensíveis, que demandam maior controle. Além desse programa, Shanqing destacou que um dos principais planos de investimento chinês, a Rota Marítima da Seda, foi planejado pelo governo em consonância com as metas do ODS 14.

---

<sup>5</sup> O Tribunal Nacional Verde indiano foi estabelecido em outubro de 2010 para solucionar casos relacionados à proteção ambiental, conservação de florestas e outros recursos naturais. Futuramente, além de Nova Deli, o Tribunal também estará presente em Bhopal, Pune, Kolkata e Chennai.

Por fim, a África do Sul ressaltou suas iniciativas domésticas, clamou pela cooperação internacional e destacou a importância econômica dos oceanos, em consonância com a de seus parceiros do BRICS. Em discurso, a Ministra de Meio Ambiente, Edna Molewa, citou o programa sul-africano Phakisa que, sob responsabilidade do Departamento de Relações Ambientais da África do Sul, visa criar mais de um milhão de empregos.

A operacionalização do Phakisa inclui a participação de órgãos governamentais, empresas e também da sociedade civil, com um plano que celebra quatro áreas: transporte marítimo e manufatura, exploração de petróleo e gás, serviços de proteção marinha e de aquicultura e governança do oceano, desenvolvimento de pequenos portos e turismo costeiro e marítimo. Ao ressaltar a importância econômica da concretização do ODS 14, Molewa afirmou que, até 2033, os oceanos poderão contribuir com cerca de 177 milhões de Rands<sup>6</sup> para o PIB sul-africano.

A ministra enfatizou, ainda, os programas de cooperação estabelecidos pela África do Sul, como a parceria com os governos da Angola e da Namíbia, que visa monitorar a qualidade da água em suas costas marítimas, identificando os principais pontos de poluição, e o Plano Regional Espacial Marinho, voltado à criação de uma legislação específica para a área costeira do país. Esse último programa contou com o suporte da Noruega e da Alemanha e tem como objetivo monitorar toda a costa da África do Sul, com vistas a identificar áreas sensíveis e garantir a sua preservação. Molewa destacou, ainda, a cooperação científica estabelecida com o governo da Índia, que promoverá a participação da África do Sul na segunda expedição internacional indiana por meio da *Intergovernmental Oceanographic Commission* (IOC) da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Por fim, vale destacar que, desde o encontro preparatório da

---

<sup>6</sup> Atualmente, US\$ 1 equivale a 13 Rands, moeda doméstica da África do Sul (tradingeconomics, 2017)



Conferência dos Oceanos, que ocorreu em fevereiro, a ONU disponibiliza uma [página para o registro de compromissos voluntários](#) que auxiliem na concretização do ODS 14. Até o momento, foram depositadas 1.372 propostas, submetidas tanto individualmente quanto em formato de parcerias, por atores da sociedade civil, setor privado, instituições de pesquisa, instituições financeiras, entre outros.

De acordo com o Primeiro Ministro de Fiji, Josaia Vorege Bainimarama, o número de compromissos voluntários depositados dobrou ao longo da semana da Conferência. A maioria desses é voltada a temas como ecossistemas marinhos, poluição e tecnologia, sendo 44% das propostas totais oriundos de governos<sup>7</sup>. Entre as 616 propostas governamentais, os países BRICS respondem por 32, sendo 6 brasileiras, 1 russa, 17 indianas, 5 chinesas e 3 sul-africanas.

### Número de propostas governamentais dos países BRICS

País	Número de Propostas	Região	Principais áreas
<b>Brasil</b>	<b>6</b>	Nível Global Atlântico Sul	Monitoramento e preservação da costa
<b>Rússia</b>	<b>1</b>	Atlântico Norte	Monitoramento e preservação do Mar Báltico
<b>Índia</b>	<b>17</b>	Nível Global e Oceano Índico	Pesquisa, monitoramento da costa e Economia Azul
<b>China</b>	<b>5</b>	Pacífico Norte	Pesquisa, monitoramento da costa e Economia Azul
<b>África do Sul</b>	<b>3</b>	Oceano Índico e Sul Atlântico	Pesquisa, monitoramento da costa e Economia Azul

---

<sup>7</sup> A República Dominicana configura-se como o país com maior número de compromissos voluntários submetidos, estando a frente até mesmo da União Europeia (UE).

Fonte: Dados oficiais da Conferência dos Oceanos. Disponível em:  
<https://oceanconference.un.org/commitments/>

## Análise dos Resultados

### *Call for Action*, Compromissos Voluntários e Considerações Finais

Destacam-se entre os [resultados principais](#) da Conferência: a adoção por consenso de um *Call for Action*, denominado *Our Ocean, Our Future*, reforçando o comprometimento dos países para com a implementação do ODS 14; o registro de compromissos voluntários - referentes à iniciativas locais, regionais e globais - e, por fim, a promoção de um espaço de debate que possibilite a criação de parcerias e a replicação de iniciativas bem-sucedidas, que auxiliem na implementação do ODS 14.

O documento [Our Oceans, Our Future](#) configura-se como o principal produto da Conferência dos Oceanos e é resultado de consultas intergovernamentais que ocorreram previamente ao evento. No documento, os chefes de Estado e de Governo participantes reafirmam seu comprometimento para com a preservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marítimos e clamam por uma abordagem integrada, interdisciplinar e multisetorial. O documento também salienta o caráter integrado e indivisível dos ODS's da Agenda 2030 e chama a atenção para a necessidade de inclusão do ODS 14 nos planos e estratégias de desenvolvimento nacionais, de maneira que a busca pela concretização de suas respectivas metas abarque atores diversos, como autoridades nacionais e locais, membros da sociedade civil, povos indígenas, mulheres e jovens, comunidades acadêmica e científica,

setores industriais e de negócios. Por fim, o documento encoraja a adoção, em caráter de urgência, de medidas como: desenvolvimento de planos educacionais; disponibilização de recursos para pesquisas científicas; redução da poluição marinha; incentivo à padrões de produção e consumo conscientes, redução do uso de plásticos e microplásticos, o combate à pesca ilegal e a criação de um instrumento legal internacional no âmbito da UNCLOS.

A partir da análise do documento em questão, verifica-se que as medidas anunciadas pelo *Call for Action* mostram-se, em certa medida, consonantes para com as metas referentes ao ODS 14 e o fortalecimento do regime dos oceanos. Contudo, por outro lado, os discursos dos representantes oficiais dos países BRICS parecem sinalizar que a preocupação para com a preservação dos oceanos encontra-se guiada, fundamentalmente, por um viés econômico. Destacam-se, nesse sentido, os discursos da China, África do Sul e Índia, que ressaltam a contribuição econômica dos oceanos para suas economias. Pode-se verificar, portanto, que grande parte da motivação para que iniciativas urgentes sejam tomadas advém do risco de que sua degradação venha a decorrer em prejuízos econômicos graves, e não da preocupação em relação à necessidade de preservação da natureza e da biodiversidade.

Assim como ocorre nos outros espaços dedicados ao tratamento internacional de questões ambientais, o viés economicista mostra-se especialmente problemático tendo em vista que a natureza e os bens comuns, como os oceanos, não podem ser vistos como meros insumos. Tal constatação reforça narrativas críticas ao conceito de sustentabilidade, cerne da Agenda 2030, tendo em vista a importância exacerbada conferida ao seu pilar econômico, em detrimento dos pilares ambiental e social.

**Fontes:**

AMBIENTEBRASIL. MMA participará da Conferência dos Oceanos. (05/06/2017). <https://goo.gl/FYhyRj>

BRAZILGOVNEWS PRESIDENCY OF THE REPUBLIC OF BRAZIL. Brazil launches targets for ocean conservation. (12/06/2017). <https://goo.gl/648TNC>

CENTRE FOR MARINE LIVING RESOURCES & ECOLOGY. Marine Living Resources Programme. (24/06/2017). <https://goo.gl/LvaY3c>

CHINADAILY. China backs UN conference on ocean development. (20/06/2017) <https://goo.gl/k2sD3c>

CHINADAILY. China proposes 'blue economic passages' for maritime. (21/06/2017). <https://goo.gl/vJpMrv>

DOWN TO EARTH. UN Ocean Conference: a roadmap for sustainable use of oceans. (20/06/2017). <https://goo.gl/r3ju5K>

ENVIRONMENTAL AFFAIRS DEPARTMENT REPUBLIC OF SOUTH AFRICA. Minister Dr Edna Molewa's statement on the occasion of the UN Conference to support the implementation of SDG14: Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development. (06/06/2017). <https://goo.gl/MdesG5>

GENERAL ASSEMBLY. United Nations Conference to Support the Implementation of Sustainable Development Goal 14: Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development (20/06/2017) <https://goo.gl/g6rKGQ>

GENERAL ASSEMBLY OCEAN CONFERENCE. United Nations Conference Concludes with Call for Action to Restore Ocean Health, Protect Marine Ecosystems through Stronger Partnerships. (09/06/2017) <https://goo.gl/AHEJnA>

IISD. The Ocean Conference: Our oceans, Our Future. (20/06/2017). <https://goo.gl/DsWduL>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Biodiversidade – Metas de Aichi. (25/06/2017). <https://goo.gl/4oQLYQ>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS). (25/06/2017). <https://goo.gl/seBuqs>

## Conferência dos Oceanos - Radar Socioambiental

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). (24/06/2017). <https://goo.gl/qXotr4>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. País lança metas para oceanos na ONU. (08/06/2017). <https://goo.gl/HFu7r3>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Zona Costeira e Marinha. (25/06/2017). <https://goo.gl/MBhYM2>

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. GOVERNMENT OF INDIA. Statement by M.J Akbar, Minister of State for External Affairs at UNGA's Ocean Conference, New York (June 08, 2017). <https://goo.gl/QGMKt9>

NATIONAL GREEN TRIBUNAL. National Green Tribunal History. (25/06/2017). <https://goo.gl/rpG39X>

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. (02/06/2017). <https://goo.gl/kxV8Zz>

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Conferência sobre os Oceanos 2017: perguntas e respostas. (05/06/2017). <https://goo.gl/ab1wKj>

NEW CHINA. China calls for enhancing equality, mutual trust in global ocean governance. (10/06/2017). <https://goo.gl/tNM2Cm>

PNUD. Plataforma Agenda 2030. (10/06/2017). <https://goo.gl/YSdo1U>

RESOLUTION ADOPTED BY THE GENERAL ASSEMBLY ON 9 SEPTEMBER 2016. Modalities for the United Nations Conference to Support the Implementation of Sustainable Development Goal 14: Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development (28/06/2017). <https://goo.gl/sYMLJF>

THE DAILY STAR. The rising stakes for ocean governance. (28/06/2017). <https://goo.gl/xxU89w>

THE OCEAN CONFERENCE. Voluntary commitments. (28/06/2017). <https://goo.gl/Eb9SyG>

THE OCEAN CONFERENCE. St.Petersburg Initiative (SPbI). (28/06/2017). <https://goo.gl/82sSp9>

THE OCEAN CONFERENCE. Strengthening regional cooperation for the protection of the marine and coastal environment in the Northwest Pacific. (20/06/2017). <https://goo.gl/v6oDf4>

## Conferência dos Oceanos - Radar Socioambiental

TRADING ECONOMICS. África do Sul – Moeda. (20/06/2016). <https://goo.gl/oCwoi9>

UN. World Oceans Day 8 June. (20/06/2017) <https://goo.gl/EtmD94>

UNITED NATIONS CONFERENCE TO SUPPORT THE IMPLEMENTATION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOAL14 Our ocean, our future: call for action. (28/06/2017). <https://goo.gl/Uifsqi>

UNITED NATIONS CONFERENCE TO SUPPORT THE IMPLEMENTATION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOAL14 Report of the Credentials Committee. (20/06/2017). <https://goo.gl/AWZPN1>

## Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://bricspolicycenter.org/homolog/projetos/Index/17>

E-mail: [plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org](mailto:plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org)

## Elaboração

Beatriz Mattos e Diogo Grion

## Equipe Plataforma Socioambiental

## Coordenação

Paulo Esteves

## Pesquisadora

Maureen Santos

**Pesquisadora Assistente**

Beatriz Mattos

**Consultoria GIP**

Alice Amorim

**Iniciação Científica**

Diogo Viana

**Realização**



**Parceria**



**Apoio**



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ  
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020  
[www.bricspolicycenter.org](http://www.bricspolicycenter.org) | [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)